



Novembro/2009

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Arquivologia

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 12 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos da tomada de decisões; contudo, provocou também a perda de identidades grupais que tinham sido essenciais nos séculos anteriores. A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa, ou família tradicional e poderosa, ou confraria, ou cidade, ficou esmagada pelo conceito de cidadania que homogeneiza todos os indivíduos. Novos recortes surgiram – partido político, condição econômica, seita religiosa etc. – mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal. O futebol inseriu-se exatamente nessa brecha aberta pela industrialização ao destruir os paradigmas anteriores.

O antropólogo inglês Desmond Morris vai mais adiante e propõe que se veja no mundo do futebol um mundo de tribos. Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela. É o que mostra no Brasil a prática de alguns serem sepultados em caixão com o símbolo do clube na tampa. [...] A atuação do torcedor no rito do futebol não é em essência muito diferente da atitude das populações tribais que, por meio de pinturas corporais, cantos e gritos, participam no rito das danças guerreiras.

Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção. Tribo é grupo étnico com certo caráter territorial, o que não se aplica ao futebol, cujos torcedores são de diferentes origens e estão espalhados por vários locais. Tribo é sociedade sem Estado, e o futebol moderno desenvolve-se obviamente nos quadros de Estados nacionais. Talvez seja preferível falar em clã. Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima: clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva. Ainda que todo clube de futebol tenha origem concreta e mais ou menos bem documentada, com o tempo ela tende a ganhar ares de lenda, que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. É nessa lenda, enriquecida por feitos esportivos igualmente transformados em lenda, que todos os membros do clã orgulhosamente se reconhecem. [...] O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza. Em qualquer lugar, os membros do clã se reconhecem, dizia o grande sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, pelo nome, brasão e totem.

(Hilário Franco Júnior. **A dança dos deuses**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 213-215)

1. De acordo com o texto,
 - (A) as características coletivas do futebol moderno podem prejudicar o reconhecimento de um território específico e particular, como o de um clube.
 - (B) o futebol moderno veio substituir, em grande parte, os laços pessoais de pertencimento a determinados grupos sociais.
 - (C) o esporte resultou das alterações nos regimes políticos surgidos ao longo do tempo em diversas sociedades.
 - (D) o conceito de cidadania sofreu evolução nem sempre favorável a certos grupos sociais, por descaracterizar suas normas tradicionais.
 - (E) a industrialização e a conseqüente urbanização apoderaram-se de modelos tradicionais de comportamento, especialmente nos esportes.

2. Considere as afirmativas seguintes:
 - I. Identifica-se no texto uma diferenciação nas características de certos grupos nas sociedades primitivas.
 - II. Especialistas divergem na classificação dos grupos de torcedores de futebol, a partir de seu comportamento.
 - III. Hábitos tradicionais resultantes de sociedades primitivas marcam o comportamento dos torcedores dos clubes de futebol.Está correto o que se afirma em
 - (A) I, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

3. A afirmativa do antropólogo Marcel Mauss, reproduzida no final do texto,
 - (A) é empregada como embasamento para a preferência pelo termo clã como definição do agrupamento de torcedores dos clubes de futebol.
 - (B) torna pouco aceitável o termo tribo para identificar os grupos de torcedores, pois eles nem sempre reconhecem a verdade na história dos clubes.
 - (C) mostra que a identificação do torcedor com o nome do clube vem desde as primeiras tribos que se organizaram em territórios demarcados.
 - (D) busca justificar a constatação de que as atitudes dos torcedores modernos se aproximam dos ritos tribais, com cantos e gritos.
 - (E) possibilita desconsiderar a associação de grupos de torcedores a clãs devido à origem real e documentada, por trâmites legais, dos clubes de futebol.



4. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:
- (A) *A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa (...) ficou esmagada pelo conceito de cidadania...*
- (B) *Novos recortes surgiram (...), mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal.*
- (C) *Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela.*
- (D) *Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção.*
- (E) *O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza.*
-
5. Está correta a transcrição, com outras palavras, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, da expressão:
- (A) *antes excluídos da tomada de decisões* (1º parágrafo) = afastados de início por atitudes autoritárias.
- (B) *a perda de identidades grupais* (1º parágrafo) = a identificação geral nos grupos.
- (C) *nessa brecha aberta pela industrialização* (1º parágrafo) = nos problemas trazidos pela indústria.
- (D) *grupo étnico com certo caráter territorial* (3º parágrafo) = presença de uma nacionalidade em espaço determinado.
- (E) *enriquecida por feitos esportivos* (3º parágrafo) = alimentada por ações de destaque no esporte.
-
6. – *partido político, condição econômica, seita religiosa etc.* – (1º parágrafo)
- O segmento isolado pelos travessões denota, no texto,
- (A) transcrição exata de informações obtidas em outros autores.
- (B) redundância intencional, para valorizar a descaracterização grupal.
- (C) enumeração esclarecedora de uma expressão anterior.
- (D) realce de uma ideia central, com a pausa maior inserida no contexto.
- (E) ressalva importante, de sentido explicativo, ao desenvolvimento anterior.
-
7. *O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos...* (início do texto)
- O mesmo tipo de complemento grifado acima NÃO ocorre APENAS em:
- (A) *da tomada de decisões.*
- (B) *a perda de identidades grupais.*
- (C) *pelo conceito de cidadania.*
- (D) *um mundo de tribos.*
- (E) *no conhecimento do torcedor comum.*
-
8. ... *que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos.* (3º parágrafo)
- A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:
- (A) ... *que homogeneíza todos os indivíduos.*
- (B) ... *o sentimento tribal é muito forte ...*
- (C) ... *acompanha o indivíduo por toda vida ...*
- (D) ... *que (...) participam no rito das danças guerreiras.*
- (E) ... *e estão espalhados por vários locais.*
-
9. *Clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva.* (3º parágrafo)
- Uma nova redação, clara e correta, na qual se mantém o sentido original da afirmativa acima está em:
- (A) O clã, como grupo ligado por misticismo e história, começa com alguém de vida comum, o ancestral escolhido por sua descendência.
- (B) Os descendentes de um ancestral comum formam o grupo que identifica como clã, que as características são permanentes e vivas.
- (C) A crença em um ancestral comum, de permanente memória, cuja vida adquire foros míticos mais do que históricos, é o que define o clã.
- (D) Mesmo que permaneça vivo na memória do grupo, o clã descende de um ancestral que, embora comum, se torna mais mítico do que histórico.
- (E) A memória dos componentes do clã partem de um ancestral comum, que permanece vivo na história e na mítica do grupo.
-
10. *Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima ...* (3º parágrafo)
- O verbo cuja flexão é idêntica à do grifado acima está também grifado na frase:
- (A) Esperemos, todos, que nossos valorosos jogadores se consagrem campeões nesta temporada.
- (B) Sabemos agora que a decisão final do campeonato se transformará em uma grande festa.
- (C) Pretendemos, nós, torcedores, visitar as dependências do clube ainda antes das reformas.
- (D) Queremos que alguns dos troféus conquistados pelo clube fiquem expostos ao público.
- (E) Reconhecemos, embora constrangidos, que os jogadores não fizeram hoje uma boa partida.



11. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:

- (A) São vários os animais que representam clubes, à maneira de totens, como demonstração das qualidades que é inerente a todos os seus membros.
- (B) O nome dos clubes de futebol devem ser significativos para a comunidade e costumam homenagear países, continentes e atividades profissionais.
- (C) O escudo dos clubes, usado na bandeira e na camisa dos jogadores, constitui o sinal de reconhecimento para o grupo social que se estabelece em seu entorno.
- (D) O orgulho de pertencer a um clube se estende a qualquer objetos relacionados a ele, como bandeiras, camisas, bonés, que os identifica.
- (E) No brasão de um clube ressalta as cores, impressa nos uniformes dos atletas, que vai desempenhar papel central na identidade comunitária.

12. *A localização do escudo no lado esquerdo da camisa não é casual.*

O escudo do clube se localiza acima do coração do jogador.

É fato comum o jogador beijar o escudo da camisa após marcar um gol ou conquistar um título.

As frases acima se organizam em um único período, com clareza, correção e lógica, em:

- (A) O escudo do clube que se localiza acima do coração do jogador, no lado esquerdo da camisa, não casual, tanto que é comum o jogador beijar o escudo, se marcar um gol ou vai conquistar um título.
- (B) Sendo comum o jogador beijar o escudo da camisa conquanto marque um gol ou na conquista de um título, sua localização no lado esquerdo da camisa não é casual, acima do coração do mesmo.
- (C) A localização do escudo do clube é no lado esquerdo da camisa, acima do coração do jogador, e não por acaso que é fato comum o jogador beijar o escudo da camisa após marcar um gol ou conquistar um título.
- (D) É fato comum o jogador beijar o escudo do clube, que se localiza não casualmente no lado esquerdo da camisa, bem acima do seu coração, após marcar um gol ou conquistar um título.
- (E) Localizado o escudo no lado esquerdo da camisa, o que não é casual e bem acima do coração do jogador, sendo comum o mesmo beijar o escudo da camisa depois que marcar um gol ou conquistar um título.

Noções de Direito Constitucional

13. Considere:

- I. Atos do Congresso Nacional destinados ao tratamento de matérias de sua competência exclusiva, para as quais a Constituição dispensa a sanção presidencial, disciplinando, de regra, matéria externa aos órgãos do Poder Legislativo.
- II. Espécie normativa que disciplina matéria especialmente reservada pelo texto constitucional e exige maioria absoluta para a sua aprovação.

Esses atos normativos, dizem respeito, respectivamente,

- (A) à resolução e à emenda constitucional.
- (B) à resolução e à lei ordinária.
- (C) à lei delegada e ao decreto legislativo.
- (D) ao decreto legislativo e à emenda constitucional.
- (E) ao decreto legislativo e à lei complementar.

14. Em relação à Justiça do Trabalho, é certo que

- (A) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho exerce, dentre outras funções, a supervisão orçamentária, como órgão central do sistema e com decisões de efeito vinculante, e funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, indicados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- (C) as Escolas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho funcionarão junto aos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho, cuja direção será supervisionada pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (D) o quinto constitucional, formado por juízes do Trabalho, advogados que atuam na área trabalhista e membros do Ministério Público do Trabalho, é próprio dos Tribunais Regionais do Trabalho, não sendo aplicável ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de no mínimo onze juízes, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho.



15. Tendo em vista os direitos individuais e coletivos, considere as assertivas abaixo:

- I. O princípio da igualdade veda que a lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupo, de sexo, de profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras.
- II. Não se pode cogitar de ofensa ao princípio da igualdade quando as discriminações são previstas no próprio texto constitucional.
- III. O princípio constitucional da isonomia não autoriza o Poder Judiciário a estender vantagens concedidas a um grupo determinado de indivíduos a outros grupos não contemplados pela lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

Noções de Direito Administrativo

16. A prática de atos administrativos, balizando-se pelo princípio da legalidade a que se encontra submetida a Administração Pública, traz como consequência a

- (A) submissão da Administração à lei, sem importar, contudo, a supressão do juízo de conveniência e oportunidade para a prática de atos discricionários.
- (B) impossibilidade de praticar atos discricionários que não decorram de autorização legal específica.
- (C) competência irrestrita do Poder Legislativo para dispor sobre matérias de competência do Poder Executivo.
- (D) possibilidade de praticar quaisquer atos, inclusive de disposição de bens, que não contem com proibição legal expressa.
- (E) necessidade de prévia aprovação legislativa para a celebração de contratos administrativos.

17. De acordo com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o dever da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários

- (A) pode ser exercido a qualquer tempo, não se operando a decadência.
- (B) decai em cinco anos, contados da intimação do interessado, salvo comprovada má-fé.
- (C) decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (D) decai em 10 anos, contados da prática do ato, ou em cinco anos contados da intimação do interessado, o que ocorrer primeiro, salvo comprovada má-fé.
- (E) pode ser exercido a qualquer tempo, desde que respeitados os direitos patrimoniais já adquiridos pelos destinatários.

18. De acordo com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo

- (A) os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo, em relação a direitos individuais, e, em se tratando de direitos difusos, aqueles direta ou indiretamente afetados pela decisão recorrida.
- (B) apenas os titulares dos direitos e interesses que forem parte no processo.
- (C) as associações, no tocante a direitos individuais e interesses coletivos.
- (D) apenas os titulares dos direitos e interesses que forem parte no processo e, em relação a interesses difusos e coletivos, o Ministério Público.
- (E) os titulares dos direitos e interesses que forem parte no processo, bem como aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.

Regimento Interno do TRT da 3ª Região

Atenção: As questões de números 19 a 20 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

19. Considere:

- I. Posse.
- II. Idade.
- III. Tempo de serviço na magistratura do Trabalho na 3ª Região.
- IV. Tempo de serviço público.
- V. Classificação no concurso.
- VI. Data da publicação do ato de nomeação ou de promoção.

A antiguidade dos Magistrados será determinada, sucessivamente, pelas condições constantes em

- (A) I, II, V, IV, VI e III.
- (B) I, VI, III, V, IV e II.
- (C) II, V, VI, I, IV e III.
- (D) I, II, III, V, IV e VI.
- (E) V, II, I, IV, III e VI.

20. Julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra os atos do Presidente e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra atos praticados pelos membros de Comissão de Concurso são de competência do

- (A) Tribunal Pleno e do Órgão Especial, respectivamente.
- (B) Órgão Especial e do Tribunal Pleno, respectivamente.
- (C) Órgão Especial, exclusivamente.
- (D) Tribunal Pleno, exclusivamente.
- (E) Órgão Especial e da Corregedoria, respectivamente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Um documento é autêntico quando preenche os requisitos necessários para que se reconheça
- (A) seu valor histórico.
 - (B) sua proveniência.
 - (C) a intenção de seu signatário.
 - (D) seu teor informativo.
 - (E) a identidade de seu destinatário.
22. Para que sejam considerados de arquivo, de acordo com Schellenberg, os documentos devem obedecer a uma dupla condição: terem sido produzidos ou acumulados na consecução de um determinado objetivo e
- (A) manterem o arranjo que lhes foi dado pelo órgão que os produziu ou acumulou.
 - (B) serem preservados na sua totalidade, sem mutilação, modificação ou destruição das partes que os integram.
 - (C) seguirem uma linha imaculada de custódia ininterrupta e responsável.
 - (D) apresentarem regularidade e uniformidade de espécies, tipos, formatos e suportes.
 - (E) possuírem valor para fins outros que não aqueles para os quais foram produzidos ou acumulados.
23. Uma das características dos documentos de arquivo é a naturalidade com que são reunidos, ao contrário do que ocorre com os documentos de museu. Segundo Luciana Duranti, o atributo se deve ao fato de
- (A) não existir, no âmbito da administração (pública ou privada), nenhuma obrigatoriedade quanto à acumulação de documentos, cabendo aos servidores ou agentes criar suas próprias normas arquivísticas.
 - (B) haver a pretensão de simular o caráter necessariamente subjetivo dos documentos, conferindo-lhes aparente naturalidade e objetividade.
 - (C) os profissionais da área adotarem o princípio do respeito à ordem original, segundo o qual o sistema de ordenação empregado no organismo produtor é mais natural.
 - (D) grande parte dos documentos constituírem ameaça aos interesses do órgão produtor, razão pela qual se revestem de aspecto natural e inofensivo.
 - (E) os documentos não serem concebidos fora dos requisitos da atividade prática, que se realiza de forma contínua e progressiva, dotando as séries de elementos de coesão espontânea e estruturada.
24. A competência legalmente atribuída a uma instituição quanto à entrada, à custódia, à propriedade, à transferência, à eliminação e ao recolhimento de documentos é conhecida como
- (A) política de arquivos.
 - (B) legislação arquivística.
 - (C) jurisdição arquivística.
 - (D) sucessão arquivística.
 - (E) patrimônio arquivístico.
25. O memorando é exemplo de ato
- (A) de assentamento.
 - (B) de ajuste.
 - (C) enunciativo.
 - (D) de correspondência.
 - (E) normativo.
26. Qualquer proposta de intervenção nos arquivos governamentais supõe a realização de um diagnóstico. Embora não haja modelos formalmente instituídos para cumprir essa tarefa, seu ponto de partida é o levantamento de informações sobre
- (A) o nível de escolaridade e o salário dos servidores.
 - (B) a estrutura organizacional, as funções e as atividades do órgão.
 - (C) o acondicionamento dos documentos audiovisuais e iconográficos.
 - (D) o método de ordenação dos documentos textuais.
 - (E) o sistema de segurança do edifício.
27. Os documentos que *apresentam valor primário e que são indispensáveis à manutenção das atividades cotidianas de uma pessoa física ou jurídica* constituem, segundo Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, os chamados
- (A) arquivos intermediários.
 - (B) sistemas de protocolo.
 - (C) arquivos correntes.
 - (D) processos e expedientes.
 - (E) sistemas de gestão informacional.
28. A passagem de documentos para o arquivo permanente ocorre mediante
- (A) transferência.
 - (B) recolhimento.
 - (C) encaminhamento.
 - (D) influxo.
 - (E) remoção.
29. O Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (e-DOC)
- (A) gera ao remetente o comprovante de entrega da petição.
 - (B) não aceita documentos em formato PDF.
 - (C) admite o fracionamento da petição e dos documentos que a acompanham.
 - (D) não exige o usuário da apresentação posterior de documentos originais.
 - (E) é um serviço de uso obrigatório para o envio de toda e qualquer petição.
30. Na tabela de temporalidade, a permanência dos documentos no arquivo corrente e no arquivo intermediário é conhecida como
- (A) relação de recolhimento.
 - (B) prazo de retenção.
 - (C) termo de encerramento.
 - (D) plano de arquivamento.
 - (E) plano de destinação.



31. Em palestra proferida no II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho (Campinas, 2007), o historiador Fernando Teixeira da Silva afirmou: *A Justiça do Trabalho já descartou demais. Chega!* Além de mencionar eliminações de documentos feitas sem qualquer critério, manifestou-se contrário ao método de amostragem preconizado pelo Conselho da Justiça Federal para a avaliação dos arquivos. De acordo com esse método,
- (A) cada processo corresponde a uma classe, isto é, o universo documental tem tantas classes quantos forem os processos acumulados no arquivo.
- (B) os processos com maior tempo de tramitação são excluídos da amostra, já que são todos de valor permanente.
- (C) a homogeneidade das ações transitadas em julgado dispensa o uso de estratos para representação do universo documental.
- (D) os historiadores devem estabelecer uma hierarquia de assuntos relevantes para nortear a amostra.
- (E) as características repetitivas e comuns aos processos têm precedência sobre seu ineditismo ou mérito individual.

32. O quadro abaixo foi retirado do “Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Autos Findos de Processos Judiciais” do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

850	AÇÕES ESPECIAIS		
850.1	Ação Rescisória	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Guarda permanente
850.2	Ação Anulatória	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Guarda permanente
850.3	Ação de Notificação	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Eliminação
850.4	Ação contra penalidades administrativas impostas pelo MPT	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Guarda permanente
850.5	Ação Ordinária	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Eliminação
850.6	<i>Habeas Corpus</i>	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Guarda permanente
850.7	<i>Habeas Data</i>	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Guarda permanente
850.8	Mandado de Segurança	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Guarda permanente
850.8.1	Mandado de Segurança contra matéria administrativa do Ministério do Trabalho	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Eliminação
850.9	Impugnação à Investidura de Classista	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Guarda permanente
850.10	Ação Civil Pública	15 anos após a extinção, arquivamento e baixa	Guarda permanente

Com base no quadro, é correto afirmar que

- (A) os códigos da primeira coluna revelam a utilização do método dígito-terminal.
- (B) as ações especiais inseridas na segunda coluna estão em ordem alfabética.
- (C) nem todos os documentos têm o mesmo período de guarda temporária.
- (D) os nomes das ações especiais são idênticos aos dos tipos documentais que delas resultam.
- (E) a quarta coluna registra a destinação final dos documentos.
33. No processo de avaliação, é importante considerar a qualidade pela qual permanecem efetivos e válidos os encargos e as disposições contidos nos documentos, isto é, sua
- (A) idoneidade.
- (B) transparência.
- (C) vigência.
- (D) tipologia.
- (E) substância.

34. Caderno e livro são exemplos de

- (A) formato.
- (B) tipo.
- (C) espécie.
- (D) suporte.
- (E) forma.



35. A documentação cartográfica é uma modalidade do gênero
- (A) eletrônico.
 - (B) textual.
 - (C) bibliográfico.
 - (D) iconográfico.
 - (E) informativo.

36. Atos comprobatórios são
- (A) de cumprimento obrigatório.
 - (B) derivados dos atos de assentamento.
 - (C) acordos de vontade.
 - (D) derivados dos atos normativos.
 - (E) opinativos, pois esclarecem questões vazadas em outros documentos.

37. Edital, edital de citação, códice e rascunho são, respectivamente,
- (A) espécie, tipo, formato e forma.
 - (B) formulário, espécie, forma e gênero.
 - (C) espécie diplomática, espécie jurídica, tipo e linguagem.
 - (D) tipo, espécie, série e suporte.
 - (E) formato, assunto, suporte e técnica de registro.

38. O documento pelo qual uma pessoa recorre à autoridade judicial para garantir direito ameaçado de violação chama-se
- (A) convocatória.
 - (B) liminar.
 - (C) medida cautelar.
 - (D) instrução normativa.
 - (E) notificação.

39. O objetivo da classificação é
- (A) identificar as unidades de arquivamento, para permitir sua localização nos depósitos.
 - (B) facilitar a elaboração de um índice alfabético remissivo dos documentos de determinado fundo.
 - (C) ordenar os documentos de uma série, facilitando sua recuperação.
 - (D) atribuir valores primários e secundários aos documentos, de modo a contribuir para o processo de seleção.
 - (E) dar visibilidade às funções e às atividades da instituição, relacionando-as com os documentos do arquivo.

40. Os métodos diretos de arquivamento
- (A) baseiam-se em sistemas numéricos.
 - (B) dispensam o uso de instrumentos de localização.
 - (C) supõem a indexação coordenada.
 - (D) só podem ser utilizados em empresas privadas.
 - (E) dependem de recursos informatizados.

41. As rubricas com que se distinguem os diferentes documentos de uma instituição a partir do contexto imediato do qual se originaram (atividades, funções, estruturas) resultam do processo de
- (A) classificação.
 - (B) avaliação.
 - (C) armazenamento.
 - (D) tombamento.
 - (E) ordenação.

42. A data tópica de um documento corresponde
- (A) ao ano em que foi eliminado.
 - (B) ao ano de seu arquivamento.
 - (C) ao seu período de vigência.
 - (D) ao local em que foi produzido.
 - (E) à data de seu registro em cartório.

Instruções: Para responder às questões de números 43 a 46, utilize as informações a seguir.

Em seu trabalho *Como descrever documentos de arquivo* (São Paulo, 2002), André Porto Ancona Lopez elabora um quadro que contém, na primeira coluna, os diferentes níveis de descrição; na segunda, o objeto sobre o qual recai o processo descritivo; e, na terceira, o instrumento de pesquisa resultante dessa operação. No quadro abaixo transcrito, foram suprimidas as informações de algumas células.

NÍVEL	BASE	INSTRUMENTO
instituição	acervo	
	série	inventário
série	item documental	
item documental		índice

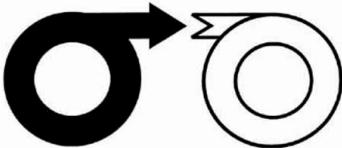
Para que se possa fazer uma leitura horizontal coerente, a partir do cabeçalho do quadro, o preenchimento adequado da célula vazia da

43. primeira linha é
- (A) repertório.
 - (B) coleção.
 - (C) guia.
 - (D) dossiê.
 - (E) inventário analítico.



<p>44. segunda linha é</p> <p>(A) dossiê.</p> <p>(B) fundo.</p> <p>(C) documentação.</p> <p>(D) miscelânea.</p> <p>(E) código.</p>	<p>48. A propósito da atual política brasileira de acesso aos documentos públicos, é correto afirmar que</p> <p>(A) a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, da Casa Civil, a quem cabia decidir sobre a matéria, foi dissolvida.</p> <p>(B) cabe ao Ministério Público da União disciplinar a proteção a informações produzidas pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário que comprometam a segurança da sociedade e do Estado.</p> <p>(C) o prazo máximo de sigilo não pode ultrapassar o período de 30 anos, a contar da data de seu arquivamento nos órgãos competentes.</p> <p>(D) as Forças Armadas se obrigam a entregar ao Arquivo Nacional todas as séries acumuladas pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica desde 1964.</p> <p>(E) as informações relacionadas a intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas devem ser ocultadas nos documentos franqueados a terceiros.</p>
<p>45. terceira linha é</p> <p>(A) guia de fontes.</p> <p>(B) inventário topográfico.</p> <p>(C) prontuário.</p> <p>(D) catálogo.</p> <p>(E) inventário sumário.</p>	<p>49. Os documentos acumulados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região são da competência</p> <p>(A) da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho.</p> <p>(B) do Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>(C) do Poder Judiciário Federal.</p> <p>(D) do Arquivo Público Mineiro.</p> <p>(E) do Ministério Público do Trabalho.</p>
<p>46. quarta linha é</p> <p>(A) assunto.</p> <p>(B) formato.</p> <p>(C) órgão produtor.</p> <p>(D) fórmula.</p> <p>(E) forma.</p>	<p>50. De acordo com o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, os documentos acumulados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região</p> <p>(A) integram o Sistema Nacional de Arquivos.</p> <p>(B) podem ser descartados após 5 anos.</p> <p>(C) são desclassificados a partir da data de seu arquivamento.</p> <p>(D) constituem patrimônio da humanidade.</p> <p>(E) devem ter sua guarda terceirizada.</p>
<p>47. Considere o trecho abaixo, de Heloísa Bellotto (<i>Arquivos permanentes</i>, 2007, p. 227).</p> <p><i>Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro.</i></p> <p>A autora refere-se ao serviço</p> <p>(A) comunitário e de informação em linha.</p> <p>(B) comutativo e de auxílio ao leitor.</p> <p>(C) domiciliar e de empréstimo de documentos.</p> <p>(D) educativo e de apoio cultural.</p> <p>(E) corporativo e de processamento técnico.</p>	<p>51. No âmbito da Justiça Trabalhista, o Conselho Nacional de Arquivos, por meio da Resolução nº 26, de 6 de maio de 2008,</p> <p>(A) criou um sistema de protocolo unificado para todos os tribunais regionais.</p> <p>(B) nomeou equipes interdisciplinares de gestão da informação.</p> <p>(C) autorizou o uso da Norma Brasileira de Descrição nas bases de dados informatizadas.</p> <p>(D) determinou o tombamento de processos de valor histórico.</p> <p>(E) propôs a formação de comitês gestores e comissões permanentes de avaliação.</p>



52. De acordo com a legislação vigente,
- (A) os documentos intermediários dos órgãos públicos federais são encaminhados para o Arquivo Nacional, onde se submetem a avaliação e higienização.
 - (B) os arquivos privados declarados de interesse público e social são incorporados ao acervo das instituições arquivísticas públicas.
 - (C) o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) é órgão subordinado ao Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).
 - (D) as empresas e serviços notariais e de registro que exercem atividade de microfilmagem de documentos estão desobrigados de inscrição no Ministério da Justiça.
 - (E) são atribuições dos técnicos de arquivo, entre outras, a classificação, o arranjo, a descrição e a execução das demais tarefas necessárias à guarda e à conservação dos documentos.
53. Dentre as vantagens da microfilmagem, é correto apontar o fato de
- (A) permitir reprodução policromática.
 - (B) oferecer segurança e durabilidade.
 - (C) ter equipamentos baratos de leitura.
 - (D) não ser regulamentada por lei.
 - (E) admitir intervenção na imagem captada.
54. Considere o símbolo abaixo.
- 
- O símbolo, utilizado nas sinaléticas do processo de microfilmagem, significa
- (A) início do rolo.
 - (B) fim do rolo.
 - (C) rolo de 16 mm.
 - (D) continua em outro rolo.
 - (E) rolo de 35 mm.
55. Em meio eletrônico, a atividade de reconhecimento que se caracteriza pelo estabelecimento de relação única, exclusiva e intransferível entre uma chave de criptografia e uma pessoa física, jurídica, máquina ou aplicação é
- (A) o hipertexto.
 - (B) a marca d'água digital.
 - (C) a certificação digital.
 - (D) o carimbo de tempo.
 - (E) o *link*.
56. Com as mudanças tecnológicas e a rápida obsolescência dos recursos computacionais, os documentos armazenados em meio digital são transferidos de determinados suportes, plataformas ou formatos para outros mais modernos. Esse processo, conhecido como migração, pode ser feito por três procedimentos:
- (A) reprografia, termografia ou revelação.
 - (B) microfilmagem, digitalização ou estereografia.
 - (C) leitura óptica, cópia fotostática ou fotografia.
 - (D) conversão, atualização ou reformatação.
 - (E) maceração, velatura ou magnificação.
57. O registro das informações que permitem o rastreamento das tentativas de intervenção ou das intervenções efetivamente realizadas nos documentos digitais recebe o nome de
- (A) trilha de auditoria.
 - (B) autoridade de registro.
 - (C) Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP).
 - (D) sistema operacional.
 - (E) *Digital Object Identifier* (DOI).
58. Manchas de cor castanha, causadas ao papel por umidade, ferrugem ou impurezas químicas, são conhecidas na área de conservação como
- (A) craquelê.
 - (B) terceira idade.
 - (C) catapora.
 - (D) *foxing*.
 - (E) flores do sepulcro.
59. O método pelo qual se coloca a folha de papel a ser reforçada entre duas folhas transparentes de termoplástico é o da
- (A) laminação.
 - (B) liofilização.
 - (C) reenfibragem.
 - (D) cartonagem.
 - (E) encadernação.
60. O Conselho Nacional de Arquivos recomenda, para a área de armazenamento de documentos,
- (A) o aproveitamento de subsolos e porões.
 - (B) posição sob prismas de grande insolação.
 - (C) filtros bloqueadores de radiação UV.
 - (D) sistemas integrados de energia elétrica, aeração e climatização.
 - (E) o uso de estantes e armários de madeira.